



PREFEITURA DA CIDADE

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2013 – SEJU

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, O MUNICÍPIO DE CURITIBA, O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, A ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO E A FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO PARANÁ.

O GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, neste ato representado por seu Governador **Carlos Alberto Richa**, por intermédio da VICE GOVERNADORIA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.416.940/0001-28, com sede na Praça Nossa Senhora de Salete, s/nº, Centro Cívico, na cidade de Curitiba, Paraná, neste ato representada por seu Vice Governador **Flávio José Arns** e da SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.245.920/0001-94, com sede na Rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº, Centro Cívico, na cidade de Curitiba, Paraná, neste ato representada por sua Secretária **Maria Tereza Uille Gomes**, o MUNICÍPIO DE CURITIBA, neste ato representado por seu Prefeito **Gustavo Fruet**, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.417.005/0001-86, com sede na Avenida Cândido de Abreu, nº 817, Bairro Centro Cívico, na cidade de Curitiba, Paraná, neste ato representada por seu Superintendente **Wilhelm Eduard Milward de Azevedo Meiners**, o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 77.996.312/0001-21, com sede na Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº, Centro Cívico, na cidade de Curitiba, Paraná, neste ato representada por seu Presidente **Fernando Augusto Mello Guimarães**, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, neste

ato representado por seu Procurador Geral de Justiça, **Gilberto Giacoia**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 78.206.307/0001-30, com sede na Rua Marechal Hermes, nº 751, Bairro Centro Cívico, na cidade de Curitiba, Paraná, a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO, neste ato representado por seu Presidente, **Wanderlei Carvalho da Silva**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.106.483/0001-75, com sede na Rua Mateus Leme, nº 2.018, Bairro Centro Cívico, na cidade de Curitiba, Paraná e a FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ e o SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – DEPARTAMENTO REGIONAL DO PARANÁ, neste ato representado por seu Presidente e Diretor Regional, **Edson Luiz Campagnolo**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.709.898/0001-33 e inscrito no CNPJ/MF 03.802.018/0001-03, ambos com sede na Avenida Cândido de Abreu, nº 200, Bairro Centro Cívico, na cidade de Curitiba, Paraná, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica, que será regido pela Lei Federal 8.666/93 e suas modificações subsequentes, pela Lei Estadual nº 15.608/07, pela Lei 7.210/84, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste Termo de Cooperação Técnica compatibilizar, no âmbito de interesse, competência e atribuições dos partícipes, o planejamento e a execução de ações integradas de desenvolvimento e cidadania nas Unidades Paraná Seguro (UPS), capazes de contribuir para a melhoria da segurança pública e da qualidade de vida das pessoas e paz social iniciando-se por Curitiba.

§ 1º Os partícipes assumem, reciprocamente, o compromisso de atuar de maneira articulada e em parceria, proporcionando as condições necessárias no âmbito de suas atribuições.

§ 2º Para orientar a consecução do objeto deste Termo o Governo do Estado do Paraná e o Município de Curitiba estabelecem o **Plano de Ações Integradas de Desenvolvimento e Cidadania nas UPS**, parte integrante do Termo, podendo envolver outros órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, Ministério Público e Defensoria Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS OBJETIVOS

Caberá ao Governo do Estado do Paraná e ao Município de Curitiba cumprir os seguintes objetivos:

- a) intervir de forma coordenada, interinstitucional e interdisciplinarmente, nos locais onde estão implantadas as UPS;
- b) articular com as organizações comunitárias das UPS para identificar e recepcionar as principais demandas locais, envolvendo ampla participação social e responsabilidade compartilhada entre o Poder Público e a Sociedade para implementação de políticas públicas;
- c) realizar atividades de educação, de conscientização em direitos, de articulação de redes sociais e de mediação de conflitos;
- d) estimular o funcionamento de centros de integração e de cooperativas sociais, proporcionando maior competitividade no mercado de trabalho nos locais onde estão instaladas as UPS;
- e) implantar núcleos de justiça comunitária, estimulando a comunidade a escolher seus caminhos na realização da justiça de forma pacífica e solidária;
- f) incentivar pesquisas em criminologia e política criminal e penitenciária e a adoção de metodologias alternativas de gestão da execução penal;
- g) monitorar e avaliar os resultados, conforme o Plano de Ações Integradas de Desenvolvimento e Cidadania nas UPS, utilizando as instituições de pesquisa estaduais e municipais para realização do trabalho;
- h) cumprir com os princípios constitucionais de respeitar a dignidade da pessoa humana e os direitos humanos, erradicar a marginalização e promover o bem de todos, além de contribuir com o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPES

I – Compete ao GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, por intermédio da Secretaria de Estado, Justiça e Cidadania e apoio da Vice Governadoria:

- a) planejar e coordenar a implementação e execução do Plano de Ações Integradas de Desenvolvimento e Cidadania nas UPS, articulando com os órgãos públicos e a

sociedade de forma a aproximar políticas públicas de cidadania com as ações que vêm sendo desenvolvidas pelo Poder Público;

- b) fornecer orientações técnicas para o planejamento e execução das ações relacionadas ao objeto e objetivos do presente Termo;
- c) estabelecer as programações de trabalho e realizar as capacitações necessárias para o desenvolvimento das equipes que implementarão as ações elencadas no Plano, em conjunto com os órgãos estaduais e municipais que têm essa atribuição.

II – Compete ao MUNICÍPIO DE CURITIBA, por intermédio da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão:

- a) implementar as ações previstas no Plano, no âmbito de suas atribuições, articulando com os órgãos estaduais responsáveis pelo Plano de Ações Integradas de Desenvolvimento e Cidadania nas UPS;
- b) coordenar e promover a articulação entre os órgãos municipais participantes das ações junto as UPS;
- c) realizar as capacitações necessárias para o desenvolvimento das equipes que implementarão as ações elencadas no Plano, em conjunto com os órgãos estaduais e municipais que têm essa atribuição.

III – Compete ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ:

- a) Monitorar através do Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal (SIM-AM) se as ações contempladas no Plano de Ações Integradas de Desenvolvimento e Cidadania nas UPS estão vinculadas aos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

IV – Compete ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ:

- a) Auxiliar nas atividades de educação e conscientização da comunidade, proferindo palestras no tocante aos direitos humanos, cidadania e à prevenção de atos violentos;
- b) Contribuir na atividade de orientação nos núcleos de Justiça comunitária;
- c) Monitorar o cumprimento das metas;
- d) Participar de reuniões junto às associações de moradores das unidades com a finalidade de discutir políticas públicas de segurança pública, bem como as ações concebidas, na intenção de concretizá-las.

V – Compete a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO:

a) Disponibilizar através do Sistema de Informações dos e para Membros do Ministério Público (SIM-MP) dados de pesquisas referentes aos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e quando necessário participar de reuniões nos locais onde estão implantadas as UPS.

VI – Compete a FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ:

a) Disponibilizar através do Movimento Nós Podemos Paraná e da ORBIS dados de pesquisas referentes aos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, coordenados pelo SESI, e quando necessário promover reuniões nos locais onde estão implantadas as UPS.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência deste Termo inicia-se a partir de sua assinatura e finda em 24 meses, conforme o Plano de Ações Integradas de Desenvolvimento e Cidadania nas UPS em anexo, podendo ser aditado, no interesse dos partícipes, mediante proposta a ser apresentada à Unidade Gestora, com as devidas justificativas, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do término do prazo de vigência, visando aperfeiçoar a execução dos trabalhos, exceto no tocante ao seu objeto.

CLÁUSULA QUINTA – DAS VEDAÇÕES

É vedada a inclusão, tolerância ou admissão, sob pena de nulidade do ato e responsabilização do agente, de cláusulas ou condições que prevejam ou permitam:

I – realização de despesas a título de taxa ou comissão de administração, de gerência ou similar;

II – pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica;

III – pagamento de profissionais não vinculados à execução do objeto deste Termo;

IV – aditamento prevendo alteração do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

O presente Termo não envolve a transferência de recursos, sendo as ações dele resultante que implicarem repasse ou cessão de recursos serão viabilizadas mediante instrumento apropriado.

Parágrafo único. Para cumprirem com o objeto e atingirem os objetivos constantes deste instrumento, os partícipes poderão disponibilizar, ou buscar junto a entidades públicas e/ou privadas, recursos físicos, financeiros, humanos, materiais e tecnológicos, o que será sempre estabelecido e mensurado em instrumentos próprios, mediante mútuo acordo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA UNIDADE GESTORA

Compete ao GOVERNO DO ESTADO, por meio da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos e apoio da Vice Governadoria, a coordenação, a supervisão, a fiscalização e o acompanhamento da execução deste Termo.

§ 1º O GOVERNO DO ESTADO designa como gestora deste Termo a servidora **Sônia Maria Fedri Schober**, RG 1.797.852-7, CPF 482.536.939-15, Cargo Assessora de Gabinete – Planejamento e Projetos, que emitirá relatório de avaliação de desempenho conforme critérios e indicadores estabelecidos em instrumento específico.

§ 2º O MUNICÍPIO DE CURITIBA designa como gestora deste Termo a servidora **Maria Inês Cavichioli**, RG 5.372.176-1, CPF 073.722.578-59, Cargo Assessora de Gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, e como suplente o servidor **Claudio Frederico de Carvalho**, RG 4.525.193-9, CPF 647.552.169-53, Cargo Diretor da Guarda Municipal de Curitiba, que emitirão relatório de avaliação de desempenho conforme critérios e indicadores estabelecidos em instrumento específico.

§ 3º A FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ designa como gestora deste Termo a servidora **Maria Crsthina de Souza Rocha**, RG 1.102.810-1, CPF 402.419.209-49, Cargo Gerente de Projetos de Articulação Estratégica, que emitirá relatório

de avaliação de desempenho conforme critérios e indicadores estabelecidos em instrumento específico.

§ 4º A avaliação e o monitoramento das ações implantadas deverão ser desenvolvidos em conformidade com o objeto e objetivos deste Termo e visarem à eficiência no uso dos recursos físicos, materiais, humanos, tecnológicos e financeiros, a eficácia no cumprimento das metas e a efetividade no atendimento das demandas.

CLÁUSULA OITAVA – DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto deste Termo será, obrigatoriamente, destacada a colaboração dos partícipes, devendo ter caráter exclusivamente educativo, informativo ou de orientação social, vedadas ações promocionais que tenham quaisquer outros propósitos, inclusive a promoção de um só dos partícipes.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este instrumento poderá ser rescindido ou denunciado de pleno direito, mediante notificação escrita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por qualquer dos partícipes, por inexecução total ou parcial de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou por superveniência de norma legal ou evento que o torne material ou formalmente inexecutável.

Parágrafo único. As ações e os projetos que tiverem sido ajustados de acordo com objeto e que estiverem em vigência, na hipótese da rescisão ou denúncia deste Termo, deverão ser concluídos pelos partícipes, salvo ajuste mútuo e formal em contrário.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

A publicidade do extrato deste Termo ficará a cargo da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, ficando sua eficácia e de seus termos aditivos condicionada a publicação do respectivo extrato no órgão de divulgação oficial do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas referentes à execução deste Instrumento.

E, assim convencionados, assinam esse documento em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo, para fins e efeito legais.

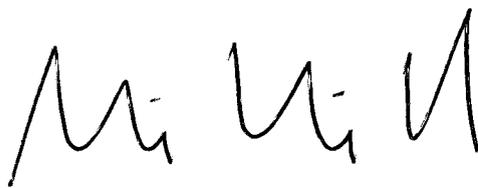
Curitiba, 14 de janeiro de 2013.



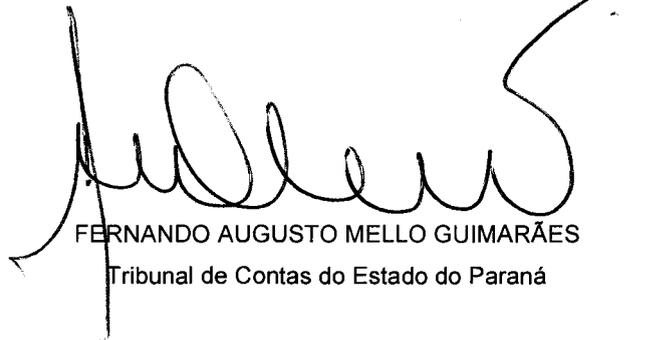
CARLOS ALBERTO RICHA
Governo do Estado do Paraná



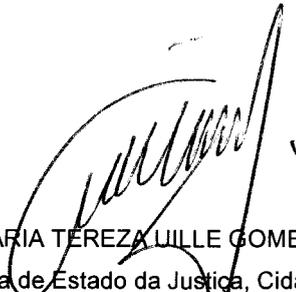
GUSTAVO FRUET
Município de Curitiba



FLÁVIO JOSÉ ARNS
Vice Governadoria do Estado do Paraná



FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Tribunal de Contas do Estado do Paraná



MARIA TEREZA LULLE GOMES
Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e
Direitos Humanos

WILHELM EDUARD MILWARD DE
AZEVEDO MEINERS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão



GILBERTO GIACOIA
Ministério Público do Estado do Paraná



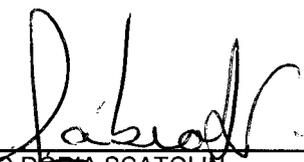
WANDERLEI CARVALHO DA SILVA
Associação Paranaense do Ministério Público



EDSON LUIZ CAMPAGNOLO
Federação das Indústrias do Paraná
Serviço Social da Indústria

1ª Testemunha:

2ª Testemunha:



NOME: FÁBIO DÓRIA SCATOLIN
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão
RG: 965.780-6/SP
CPF: 914.713.978-15

NOME: JOEL MACEDO SOARES PEREIRA NETO
Procuradoria Geral do Município de Curitiba
RG: 2.223.315-7/PR
CPF: 583.201.569-04



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Segurança Pública



CURITIBA
PREFEITURA DA CIDADE

AÇÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO E CIDADANIA NAS UNIDADES PARANÁ SEGURO (UPS)

Segurança
Cidadania
Saúde
Trabalho
Infraestrutura
Meio ambiente e Abastecimento
Educação
Justiça
Cultura, Esporte e Lazer
Comunicação
Ação Social

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

**AÇÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO
E CIDADANIA NAS
UNIDADES PARANÁ SEGURO (UPS)**

**NOVEMBRO
2012**

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ALBERTO RICHA – *Governador*

FLÁVIO JOSÉ ARNS – *Vice Governador*

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIRETOS HUMANOS

MARIA TEREZA UILLE GOMES – *Secretária*

GABINETE DO VICE GOVERNADOR

WALDIR PAN – *Chefe de Gabinete*

EQUIPE TÉCNICA

Waldir Pan (coordenador) – Gab. Vice Governadoria

Arion Cesar Foerster – Vice Governadoria

Ten. Cel. Marcos Antonio Wosny Borba – Policia Militar do Estado do Paraná

Francisco Cândido Guimarães – Vice Governadoria

Ten. Jonatas Barrionuevo Theodoro – (Programação Visual) Pol. Militar do Estado Paraná

Maria Gorete Brotti" _ Secretaria de Estado da Justiça

Rosimeiry Mostachio – Secretaria de Estado da Justiça

COLABORADORES (Pontos Focais nas Entidades)

Clecy Maria Amadori Cavet – Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos

Elival do Couto Souza – Secretaria de Estado da Educação

Gilmar Luiz Fernandes – Secretaria Especial de Relações com a Comunidade

Joao Alfredo Becker – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento

Jose Maurino de Oliveira Martins – Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária

Lenice Simao de Souza – Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

Leticia Codagnone F. Raymundo – Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social

Luci Daros – Secretaria de Estado da Cultura

Lucio Sérgio Ferrasim - " – Secretaria de Estado da Educação

Márcia Schlichting – Prefeitura Municipal de Curitiba/IMAP

Marcela Wahrhaftig de Souza.- Secretaria de Estado da Comunicação Social

Maria Gorete Brotti" _ Secretaria de Estado da Justiça

Ten. Cel. Wosny" – Polícia Militar do Estado do Paraná

Wilson Galvao - Secretaria Especial do Esporte

Mario João Figueiredo – Agência de Fomento

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	02
1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	04
2 CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE PILOTO - UPS DO PAROLIN	06
3 CARACTERIZAÇÃO DAS DEMAIS UNIDADES	07
4 QUADRO CONSOLIDADO DAS AÇÕES	16
5 MATRIZ CONSOLIDADA DAS AÇÕES.....	18
6 QUADRO DETALHADO DAS AÇÕES PROPOSTAS PELAS ENTIDADES RESPONSÁVEIS.....	20

AÇÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO E CIDADANIA NAS UNIDADES PARANÁ SEGURO (UPS)

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado da Justiça-SEJU, designada como coordenadora das ações interinstitucionais de desenvolvimento e cidadania, a serem implementadas de forma integrada nas Unidades Paraná Seguro - UPS, procedeu junto às instituições estaduais e Prefeitura Municipal de Curitiba, a identificação e o levantamento das intervenções direcionadas ao Bairro Parolin. Definiu a UPS Parolin como unidade piloto da ação, para servir de referência para os demais territórios e os consolidou neste documento.

As Unidades Paraná Seguro - UPS - são instaladas em localidades com incidência de tráfico de drogas e que registram altos índices de homicídios, conforme demonstram critérios técnicos. Portanto, o trabalho da instalação de uma UPS é precedido de ampla pesquisa de inteligência policial, que identifica e prende traficantes, homicidas e demais criminosos que atuam em regiões com altas taxas de violência e criminalidade.

O conceito da UPS é de uma polícia cidadã, que se aproxima das pessoas e estabelece uma relação de confiança, pela qual os moradores conhecem os policiais que fazem parte do patrulhamento permanente. Dessa forma, é possível um resgate e revitalização da vida comunitária, que vai além de um projeto de operação policial temporária. Após a entrada da polícia na localidade, fase seguinte é sua instalação propriamente dita, com efetivo policial permanente, aliado à oferta de serviços públicos.

Em uma fase subsequente, alia-se à ação de polícia a oferta de serviços públicos. A oferta dessas ações, de caráter socioeconômico, está pautada por um ordenamento lógico e sequencial, e se constitui em um trabalho que reúne ações de desenvolvimento e de garantia de direitos sociais. Esses serviços terão como principais objetivos de intervir no meio físico propiciando qualidade ambiental e estrutural e de promover a cidadania, a fim de consolidar uma estratégia de desenvolvimento sustentável que traga segurança e à população.

A instalação das UPS, que teve seu início na Capital do Estado, está sendo gradativamente estendida para os maiores municípios do Interior. O calendário de implantação, compreendendo a Fase 1 - intervenção das forças de segurança e ações socioambientais de caráter emergenciais se deu conforme segue:

1. Dia 1º de março de 2012: Bairro Uberaba - Curitiba;
2. Dia 3 de maio de 2012: Bairro Parolin - Curitiba;
3. Dia 17 de julho de 2012: Vila Sabará, Bairro Cidade Industrial - Curitiba;
4. Dia 17 de julho de 2012: Vila Verde, Bairro Cidade Industrial - Curitiba;
5. Dia 17 de julho de 2012: Vila Nossa Senhora da Luz, Bairro Cidade Industrial - Curitiba;
6. Dia 17 de julho de 2012: Vila Caiuá, Bairro Cidade Industrial - Curitiba;
7. Dia 03 de agosto de 2012: Vila Osternack, Bairro Sítio Cercado - Curitiba;
8. Dia 17 de setembro de 2012: Vila Sandra, Bairro Cidade Industrial de Curitiba - Curitiba;
9. Dia 1º de outubro de 2012: Vila Ludovica, Bairro Tatuquara - Curitiba;
10. Dia 13 de outubro de 2012: Vila Trindade, Bairro Cajuru - Curitiba;
11. Dia 19 de outubro de 2012: Jardim Interlagos - Cascavel.

Este documento, após a revisão e validação dos dados coletados consolida as ações a serem desenvolvidas na UPS do Parolin, unidade piloto da ação. Não obstante, outras intervenções poderão ser identificadas no decorrer dos trabalhos.

1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O conjunto de intervenções em uma única matriz tem como objetivo a identificação dos trabalhos e o ordenamento cronológico das ações, integrando os atores participantes das diferentes esferas governamentais. Para tanto foram adotados os seguintes passos:

- a) Primeiramente foi realizado o levantamento das instituições governamentais das diferentes esferas de governo, cuja missão se identifica com as demandas locais das UPS e apresentam programações orçamentárias adequadas a este fim. Nessa mesma etapa as instituições foram conclamadas a ousarem na criatividade propondo novas medidas que pudessem criar sinergia com a realidade local;
- b) Selecionadas as entidades foi solicitada a designação de um técnico para atuar como "Ponto Focal" na instituição. Para tanto, a Secretária da Justiça obteve a indicação dos nomes diretamente do principal dirigente da instituição. Como orientação, foi solicitado que fosse dado poderes de tomada de decisão à pessoa indicada, face à dinâmica exigida pelo trabalho;
- c) Na primeira reunião com os "Pontos Focais" foi apresentada a concepção do trabalho e a expectativa com relação a cada instituição. Na ocasião foi entregue para cada entidade uma planilha solicitando informações sobre as ações que cada instituição poderia realizar ou potencializar no território da UPS;
- d) Foi adotado, em caráter preliminar, o diagnóstico elaborado pela Prefeitura de Curitiba que detém os maiores vínculos com o território da UPS e já possui levantamentos realizados pelas diferentes Secretarias Municipais e por sua regional da área;
- e) Retornadas as planilhas preenchidas fez-se uma primeira análise. Nos casos de necessidades de detalhamentos foram realizadas reuniões setoriais;
- f) As planilhas foram consolidadas em uma matriz que permite a visualização dos seguintes elementos - Problema Encontrado; Ação

Mitigadora; Responsável pela Execução da Ação; Executor da Ação;
Público Alvo;

- g) Na sequência, as planilhas foram sintetizadas em um quadro –“Quadro sintético das Propostas de Ações para o Desenvolvimento e Cidadania nas UPS”, no qual estão destacadas as nove áreas de concentração dos vinte e dois principais problemas identificados no território;
- h) O monitoramento e gerenciamento da implementação das ações estará a cargo da Unidade de Gerenciamento do Programa - UGP.

2 CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE PILOTO - UPS DO PAROLIN

As informações a seguir apresentadas foram levantadas junto ao Comando da Polícia Militar do Paraná – Projeto Nereu. A UPS do Parolin é formada pelo polígono ilustrado na imagem apresentada e representada pelos dados que seguem:

INFORMAÇÕES SOBRE A UNIDADE PARANA SEGURO PAROLIM

VARIÁVEL	BAIRRO PAROLIN	UPS DO PAROLIN	REPRESENTATIVIDADE (%)
Perímetro	6,6 km	3,7 Km	56,1
Área	2,2 Km ²	0,38 Km ²	17,3
População	11.554 hab.	5.416 hab.	46,9

Fonte: IBGE 2010.

UNIDADE PARANÁ SEGURO PAROLIN.



Fonte: Comando da PM, retirado do Google Maps

3 CARACTERIZAÇÃO DAS DEMAIS UNIDADES

As demais UPS, para as quais deverão implementar as ações que se mostrarem viáveis e de impacto positivo na UPS do Parolin, encontram-se caracterizadas a seguir:

INFORMAÇÕES SOBRE A UNIDADE PARANÁ SEGURO UBERABA

VARIÁVEL	BAIRRO UBERABA	UPS DO UBERABA	REPRESENTATIVIDADE (%)
Perímetro	0,0 km	7,3 Km	00,0
Área	14,09 Km ²	2,5 Km ²	17,7
População	72.056 hab.	34.571 hab.	48,0

Fonte: IBGE 2010.

UNIDADE PARANÁ SEGURO UBERABA



INFORMAÇÕES SOBRE A UNIDADE PARANÁ SEGURO VILA VERDE

VARIÁVEL	BAIRRO CIDADE INDUSTRIAL	UPS VILA VERDE	REPRESENTATIVIDADE (%)
Perímetro	0,0 km	3,8 Km	00,0
Área	43,38 Km ²	0,7 Km ²	1,6
População	172.669 hab.	11.465 hab.	6,6

Fonte: IBGE 2010.

UNIDADE PARANÁ SEGURO VILA VERDE

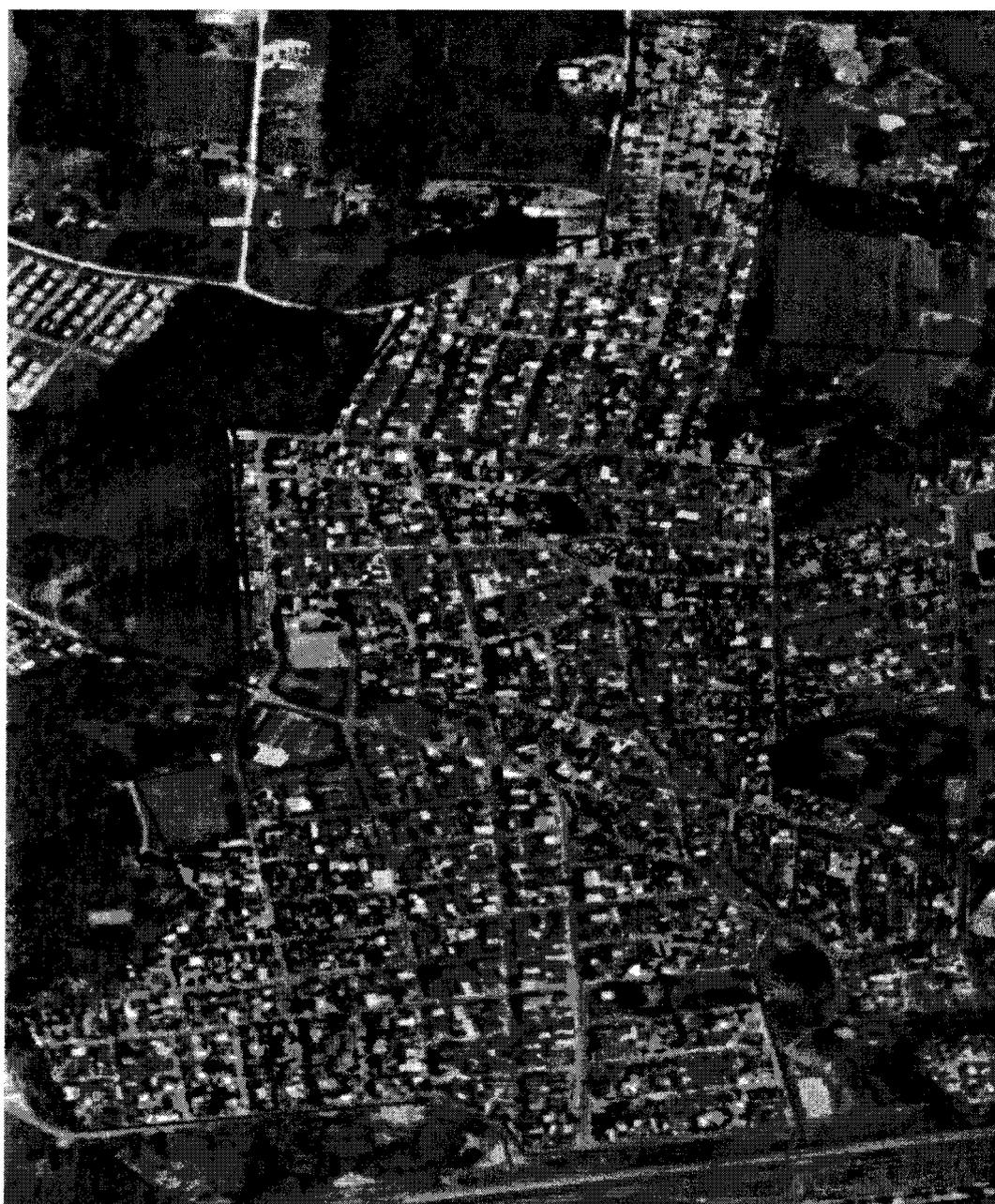


INFORMAÇÕES SOBRE A UNIDADE PARANÁ SEGURO VILA SABARÁ

VARIÁVEL	BAIRRO CIDADE INDUSTRIAL	UPS DA VILA SABARÁ	REPRESENTATIVIDADE (%)
Perímetro	0,0 km	4,4 Km	00,0
Área	43,38 Km ²	0,6 Km ²	1,4
População	172.669 hab.	9.018 hab.	5,2

Fonte: IBGE 2010.

UNIDADE PARANÁ SEGURO VILA SABARÁ



INFORMAÇÕES SOBRE A UNIDADE PARANÁ SEGURO CAIUÁ

VARIÁVEL	BAIRRO CIDADE INDUSTRIAL	UPS CAIUÁ	REPRESENTATIVIDADE (%)
Perímetro	0,0 km	3,7 Km	00,0
Área	43,38 Km ²	0,73 Km ²	1,7
População	172.669 hab.	10.586 hab.	6,1

Fonte: IBGE 2010.

UNIDADE PARANÁ SEGURO CAIUÁ



INFORMAÇÕES SOBRE A UNIDADE PARANÁ SEGURO NOSSA SENHORA DA LUZ

VARIÁVEL	BAIRRO CIDADE INDUSTRIAL	UPS N. SRA. DA LUZ	REPRESENTATIVIDADE (%)
Perímetro	0,0 km	3,94 Km	00,0
Área	43,38 Km ²	0,655 Km ²	1,5
População	172.669 hab.	9.897 hab.	5,7

Fonte: IBGE 2010.

UNIDADE PARANÁ SEGURO NOSSA SENHORA DA LUZ



INFORMAÇÕES SOBRE A UNIDADE PARANÁ SEGURO VILA SANDRA

VARIÁVEL	BAIRRO CIDADE INDUSTRIAL	UPS VILA SANDRA	REPRESENTATIVIDADE (%)
Perímetro	0,0 km	3,6 Km	00,0
Área	43,38 Km ²	0,65 Km ²	1,5
População	172.669 hab.	8.425 hab.	4,9

Fonte: IBGE 2010.

UNIDADE PARANÁ SEGURO VILA SANDRA



INFORMAÇÕES SOBRE A UNIDADE PARANÁ SEGURO OSTERNACK

VARIÁVEL	BAIRRO SÍTIO CERCADO	UPS OSTERNACK	REPRESENTATIVIDADE (%)
Perímetro	0,0 km	7,1 Km	00,0
Área	11,12 Km ²	2,6 Km ²	23,4
População	115.525 hab.	22.589 hab.	19,6

Fonte: IBGE 2010.

UNIDADE PARANÁ SEGURO OSTERNACK



INFORMAÇÕES SOBRE A UNIDADE PARANÁ SEGURO VILA LUDOVICA

VARIÁVEL	BAIRRO TATUQUARA	UPS TATUQUARA	REPRESENTATIVIDADE (%)
Perímetro	0,0 km	7,0 Km	00,0
Área	11,23 Km ²	1,9 Km ²	16,9
População	52.279 hab.	8.532 hab.	16,3

Fonte: IBGE 2010.

UNIDADE PARANÁ SEGURO VILA LUDOVICA



INFORMAÇÕES SOBRE A UNIDADE PARANÁ SEGURO VILA TRINDADE

VARIÁVEL	BAIRRO CAJURU	UPS TATUQUARA	REPRESENTATIVIDADE (%)
Perímetro	0,0 km	7,6 Km	00,0
Área	11,55 Km ²	2,8 Km ²	24,2
População	96.200 hab.	34.648 hab.	36,0

Fonte: IBGE 2010.

UNIDADE PARANÁ SEGURO VILA TRINDADE



4 QUADRO CONSOLIDADO DAS AÇÕES

As ações propostas pelas entidades governamentais foram sintetizadas em um quadro –“Quadro sintético das Propostas de Ações para o Desenvolvimento e Cidadania nas UPS”, no qual estão destacadas as nove áreas de concentração dos vinte e dois principais problemas identificados na UPS do Parolin, com seus executores e público alvo.

5 MATRIZ CONSOLIDADA DAS AÇÕES

A matriz apresentada a seguir mostra as ações propostas agregadas por áreas de concentração, a qual possibilitou a montagem do quadro apresentado no item anterior.

6 QUADRO DETALHADO DAS AÇÕES PROPOSTAS PELAS ENTIDADES RESPONSÁVEIS

As ações originais propostas pelas Secretarias de Estado e órgãos estaduais estão sintetizadas nos quadros a seguir apresentados. Inicia com uma Matriz que discrimina por entidade as ações propostas e os problemas que elas buscam resolver. Seguem a ela, as propostas detalhadas de cada uma das entidades.

**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA – COORDENAÇÃO
VICE-GERENCIADORA – UNIDADE DE APOIO
AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E CIDADANIA – UNIDADE/PARANÁ SEGURO (UPS)**

UNIDADE PARTICIPANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEED
PONTO FOCAL: (Nome): Elivaldo Couto Souza / Lúcio Sérgio Ferracín

Telefone: 3340-8405 / 9241-8312 - (e-mail): elival@seed.pr.gov.br - ferracin@seed.pr.gov.br - ampare@seed.pr.gov.br

IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES QUE PODEREM SER EXECUTADAS NAS UPS	DESCRIÇÃO SUCINTA DA AÇÃO	OBJETIVO/META DA IMPLANTAÇÃO DA AÇÃO	ESTIMATIVA DE CUSTO DA AÇÃO (R\$)	ÓRGÃO EXECUTOR DA AÇÃO	DATA DA EXECUÇÃO DA AÇÃO	
					INÍCIO	TÉRMINO
Escola Aberta	Respeitar as demandas da comunidade com opções informativas, artísticas e profissionalizantes, exigindo o cumprimento da grade curricular privilegiando o conhecimento cultural, local, regional e popular, com os espaços escolares abertos nos finais de semana.	Oportunizar a comunidade local com atividades, ocupando o tempo ocioso, objetivando a diminuição dos índices de depreciação dos espaços públicos, as práticas de violência dentro e fora dos muros escolares, bem como a drogadição e prostituição infantil do seu entorno.	FNDE	SEED	Fevereiro 2013 Durante o período letivo	Dezembro 2013 Durante o período letivo
PRONATEC – Bolsa Família	Ofertas de cursos de qualificação através de entidades públicas como SENAI, SENAC, SENAR, este ano a região pioneira de atuação será o mercado de trabalho.	Capacitar e melhorar as condições no mundo de trabalho pelo viés da sustentabilidade.	PRONATEC	SEED	1º SEM 2013	Indeterminado
Implantação da Escola Integral	Em parceria com o Governo Federal e iniciativa privada para organização de atividades de contra turno, que apoiem o processo de ensino e aprendizagem, profissional e inclusão social e cultural (Viva escola, Escola Aberta, Sala de Apoio, Mais Educação e etc.) Em conformidade com o plano de meta do Governo.	Conjunto de estratégias que permitam diminuir a desigualdade social e atuarem em áreas de vulnerabilidade social.	FNDE	SEED	Fevereiro 2013 Durante o período letivo	Dezembro 2013 Durante o período letivo
Plano Personalizado de Atendimento P.P.A	Visa atender a comunidade escolar (adolescentes em distorção idade/série da Escola Estadual Doracy Cezarino, EF) que estão em defasagem, através do processo de reclassificação e acompanhamento priorizando a qualidade de ensino.	Oportunizar os estudantes em todas as dimensões culturais, psicológicas através do Plano Personalizado de Atendimento – P.P.A, priorizando os princípios essenciais, resgatando a cidadania na escola, valores morais, éticos e humanos. Reparando os seus processos interrompidos objetivando a inserção no mercado de trabalho.	ZERO	SEED	Dezembro de 2012	Fevereiro de 2012
Convênio SEST/SEED	Este convênio implantará o curso na Área de Inclusão Digital e Ensino de Língua Estrangeira, utilizando os espaços ociosos da Escola Estadual Doracy Cezarino ET.	Despertar o interesse, oportunizar e qualificar a comunidade em relação às grandes competições esportivas (COPA 2014).	SEED	SEED	Fevereiro 2013 Durante o período letivo	Indeterminado
Instituto Cidade Junior	Capacitação, qualificação e inserção imediata no mercado de trabalho.	Proporcionar oportunidades de igualdade social junto aos demais profissionais.	Convênio SEED	SEED	Novembro de 2012	Indeterminado
Educação em Ação	Círculos de Palestras focadas em diversos aspectos de vulnerabilidade social, empreendedorismo e sustentabilidade, no espaço cedido através da Associação de Moradores do Parolin.	Conscientizar a comunidade local quanto a sua condição social de vulnerabilidade, possibilitando vislumbrar novos horizontes.	ZERO	SEED	Novembro de 2012	Indeterminado
Campanha "Conte até 10" Ministério Público	Círculos de Palestras no Combate à Violência, ministradas no espaço cedido pela Associação de Moradores do Parolin.	Coibir a violência entre jovens, adolescentes e adultos, conscientizando-os de que a rala passa e a vida fica.	ZERO	SEED	Novembro de 2012	Indeterminado
PRONATEC - Educação	Oferta de cursos profissionalizantes	Implantar o Ensino Médio em 2014 na Escola Estadual Doracy Cezarino – EF, concomitantemente a implantação simultânea do PRONATEC – Educação, oportunizando a inserção no mercado de trabalho.	PRONATEC	SEED	2014	Indeterminado
Implantação de APED	Oferta de duas salas de aulas para escolarização de jovens e adultos a serem ministradas nos espaços cedidos pela Associação de Moradores do Parolin, vinculadas ao CEEBIA Paulo Freire.	Oportunizar a escolarização no período noturno para a comunidade.	SEED	SEED	2013	Indeterminado

(1) A estimativa de custo pressupõe a existência de rubrica orçamentária, caso isso não ocorra quais as medidas necessárias para viabilizar a ação:
Todas as ações propostas dependerão de convênios já existentes e/ou parcerias.

**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA – COORDENAÇÃO
VICE-GERENCIADORA – UNIDADE DE APOIO**

AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E CIDADANIA – UNIDADE/PARANÁ SEGURO (UPS)

UNIDADE PARTICIPANTE: SEDS

PONTO FOCAL: Leticia Raymundo

– (Telefone): 3210-2452 – 9219-8252 (e-mail): leticiac@seds.pr.gov.br

IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES QUE PODEM SER EXECUTADAS NAS UPS	DESCRIÇÃO SUCINTA DA AÇÃO	OBJETIVO/META DA IMPLANTAÇÃO DA AÇÃO	ESTIMATIVA DE CUSTO DA AÇÃO (1) *	ÓRGÃO EXECUTOR DA AÇÃO	DATA DA EXECUÇÃO DA AÇÃO	
					INÍCIO	TERMINO
Capacitação para Conselheiros Tutelares sobre o Sistema de Garantias de Direitos (SGD) e SIPIA CT Web	O projeto "Formação Continuada para Conselheiros Tutelares, Municípios dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná" foi elaborado por esta Pasta em parceria com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) e com as Universidades Estaduais de Londrina, Maringá, Ponta Grossa Oeste, Centro-Oeste e Norte do Paraná, bem como com a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá e está em fase de execução (assinatura de contratos). O curso visa a capacitação de aproximadamente 5.200 Conselheiros Tutelares e Conselheiros Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná. Está em fase de tramitação um protocolo referente ao projeto de capacitação para policiais que será celebrado entre Escola de Governo, Universidades e SEDS para o início de curso de capacitação para 1.600 policiais envolvidos no atendimento de crianças, adolescentes e vítimas de violência. Os policiais que atuam na UPS Parolin serão diretas e poderão atender com mais qualidade as crianças e adolescentes internados na área.	Capacitar os atores do Sistema de Garantia de Direitos visando aprimorar e atualizar o conhecimento destes profissionais no que diz respeito às atribuições e a aplicação do estatuto da Criança e do Adolescente, bem como a utilização do sistema SIPIA CT Web. No caso da UPS Parolin, poderão ser capacitados os 5 Conselheiros Tutelares do Portão, que atendem a área.	2.100.000,00 (Formação Continuada)	SEDS CEDCA/FIA Universidades	Dezembro 2012	Dezembro 2013
Capacitação para Policiais que atendem crianças e adolescentes vítimas de violência	Disponibilização de exemplares do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA para escolas, policiais, agências comunitárias e outros.	Capacitar o policial, inclusive aquele que atua na UPS, quanto ao atendimento diferenciado destinado a crianças, adolescentes e mulheres vítimas de violência.	250000	SEDS Escola de Governo Universidades CEDCA/FIA	Abril/ 2013	Abril/2014
Divulgação dos direitos das crianças e dos adolescentes.	Disponibilização de exemplares do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA para escolas, policiais, agências comunitárias e outros.	Difundir informações e propiciar que a comunidade zele pelos direitos das crianças e dos adolescentes, 1000 exemplares podem ser disponibilizados.	1,81 (unidade) 1.810,00 (total)	SEDS CEDCA/FIA	Imediata	x
Capacitação para Conselheiros Tutelares no SIPIA CT Web	O Plano de Trabalho visa a capacitação de 2065 Conselheiros Tutelares no SIPIA CT Web, na modalidade semipresencial com carga horária total de 28 horas, sendo 20 à distância e 8 presencial em laboratório de informática.	No caso da UPS Parolin, poderão ser capacitados os 5 Conselheiros Tutelares do Portão, que atendem a área.	1.100.000,00 (SIPIA CT WEB)	SEDS CEDCA/FIA Escola de Governo	Agosto/2012	01/03/13
Disponibilização de vagas de trabalho para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas	Através do programa Adolescente Aprendiz, jovens entre 14 e 18 anos em cumprimento de medidas socioeducativas, neste caso, medidas em meio aberto, recebem oportunidades de profissionalização, aliando o estímulo ao estudo à prática profissional. Contratados na condição de aprendizes em serviços administrativos pelos órgãos do Governo Estadual, os adolescentes desenvolvem atividades com o acompanhamento de um orientador, recebem meio salário mínimo e benefícios trabalhistas e previdenciários e ainda participam de curso de qualificação profissional na área administrativa. Através da Lei Estadual nº 15.207/2006, foram criadas 700 vagas para aprendizes em órgãos da administração pública estadual direta, autárquica e outras empresas públicas, podendo ser destinadas vagas prioritárias para os adolescentes residentes na área da UPS.	Oferecer oportunidade de profissionalização a adolescentes entre 14 e 18 anos possibilitando a inclusão educacional e social destes jovens, aliando o estímulo ao estudo à prática profissional, ampliando sua perspectiva de futuro. Proposta de até 70 vagas para a região do Parolin.	Custo a ser levantado, por meio de ação já em desenvolvimento, não necessitando de aporte adicional de recursos	SEDS, SEED e Outros órgãos da administração estadual.	Início de 2013	-

(1) A estimativa de custo pressupõe a existência de rubrica orçamentária, caso isso não ocorra quais as medidas necessárias para viabilizar a ação:

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA – COORDENAÇÃO
VICE- GOVERNADORIA – UNIDADE DE APOIO

ações de desenvolvimento local e cidadania – unidade paraná seguro (ups)
UNIDADE PARTICIPANTE: Centro Paranaense de Referência em Agroecologia-CPRA

– (Telefone): 41 3544 8100 valcirw@cpra.pr.gov.br

PONTO FOCAL (Nome): _____

IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES QUE PODEM SER EXECUTADAS NAS UPS	DESCRIÇÃO SUCINTA DA AÇÃO	OBJETIVO/META DA IMPLANTAÇÃO DA AÇÃO	ESTIMATIVA DE CUSTO DA AÇÃO (1)	ÓRGÃO EXECUTOR DA AÇÃO	DATA DA EXECUÇÃO DA AÇÃO	
					INÍCIO	TERMINO
Capacitação prática de monitores (ação só poderá ser viabilizada com a participação de organismos municipais e/ou estaduais que organizem os grupos e os encaminhem a sede do Centro de Agroecologia, município de Pinhalis)	Transferir a jovens das comunidades, (grupos de 15) conhecimentos básicos em cultivos agrícolas de base agroecológica, que os habilite a monitorar grupos locais na instalação de hortas/quintais para auto consumo ou venda.	Tirar jovens da ociosidade, dando lhes oportunidade de desenvolver atividades novas e com a opção de exercer seu potencial de liderança.		Centro de Agroecologia	01/12/13	01/12/13

(1) A estimativa de custo pressupõe a existência de rubrica orçamentária, caso isso não ocorra quais as medidas necessárias para viabilizar a ação:
Entendemos que o custo adicional desta ação é o deslocamento dos jovens até a sede do Centro de Agroecologia em veículo da prefeitura municipal de Curitiba,
o qual poderá ser melhor estimado por órgão que executa atividades desta natureza.

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA – COORDENAÇÃO
VICE-GOVERNADORIA – UNIDADE DE APOIO

ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E CIDADANIA – UNIDADE/PARANÁ SEGURO (UPS)

UNIDADE PARTICIPANTE: COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO GOVERNAMENTAL DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

UNIDADE PARTICIPANTE: COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO GOVERNAMENTAL DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

PONTO FOCAL: NESTOR BRAGAGNOLO E ANGELO TADINI – 3313 6294 e 3313 6297 (e-mail): nestor@sepl.pr.gov.br, angelotadini@sepl.pr.gov.br

IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES QUE PODEM SER EXECUTADAS NAS UPS	DESCRIÇÃO SUCINTA DA AÇÃO	OBJETIVO/META DA IMPLANTAÇÃO DA AÇÃO	ESTIMATIVA DE CUSTO DA AÇÃO (1,2)	ÓRGÃO EXECUTOR DA AÇÃO	DATA DA EXECUÇÃO DA AÇÃO
PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ – BANCO MUNDIAL - CONTRATO EM FASE DE ASSINATURA.					INÍCIO 2012 2016
1. Desenvolvimento Econômico Sustentável Ampliação da rede de assistência técnica e capacitação de 32.000 agricultores; Apoio de 310 iniciativas comunitárias, de negócios sustentáveis; Apoio a projetos piloto e iniciativas inovadoras para inovação tecnológica; Apoio a novas formas organizativas para a gestão de infraestrutura viária rural. Apoio a implantação de nove consórcios para adequação de estradas rurais; Legalização de 4.000 propriedades rurais; Modernização da gestão da rede viária rural.	O projeto é multissetorial tem por finalidade apoiar o Governo do Paraná na otimização da gestão do setor público com o objetivo de tornar o acesso às oportunidades econômicas e de desenvolvimento humano no estado menos desigual.	R\$ 700.000.000,00 oriundos do Banco Mundial mais R\$ 700.000.000,00 de recursos do Estado = R\$ 1,4 bilhões.	SEPL, SEFA, SEAS, SEAB, SEAP, SEED, SEPL, PARANÁ, EMATER, CONTROLE INTERNO, DEFESA CIVIL e JAP,		
2. Gestão de Solo e Água Elaboração e implantação de 370 planos de ação em microbacias; Apoio a implantação de 480 sistemas comunitários de abastecimento de água; Apoio a implantação de negócios sustentáveis.					
3. Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental Reestruturação e integração dos sistemas de informação em operação nas Instituições Ambientais; Padronização, qualificação e transparência dos processos de licenciamento e outorga com redução do tempo da tramitação; Melhoria da infraestrutura operacional para o monitoramento e fiscalização do sistema SEMA.					
4. Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos Estabelecimento da política estadual de Gestão de Riscos de Desastres; Melhoria na identificação de risco de desastres; Criação das condições técnicas e operacionais para prevenção e resposta; Aquisição de equipamentos imobiliários.					
5. Programa Renova Escola Planejamento para atender adequadamente à demanda; Recuperação e ampliação dos ambientes escolares.					
6. Rede Urgência e Emergência Ampliar a infraestrutura de serviços de atendimento móvel; Garantir o acesso qualificado dos pacientes à rede de urgência e emergência; Desenvolver e implantar protocolos assistenciais; Instituir um programa de capacitação de urgência e emergência e maternos-infantis; Implantar programa de capacitação permanente na área de gestão hospitalar.					
7. Rede Mãe Paranaense Implantação da carteira da gestante e da criança; Implantação da classificação de risco para atendimento das gestantes; Vinculação da gestante a um hospital de preferência.					
PROINVESTE PARANÁ – BANCO DO BRASIL – CONTRATO EM FASE DE ASSINATURA	Objetiva o financiamento aos municípios do Estado do Paraná para projetos voltados à construção, ampliação, reabilitação ou reforma de obras de infraestrutura (estradas, pontes, viadutos, creches, hospitais, escolas, ...), sustentando a qualidade de vida da população e melhores práticas de sustentabilidade.	R\$ 200.000.000,00 para BRDE e Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado - FDE R\$ 150.000.000,00 para o Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE do Estado	BRDE e FDE	2013	2014
PARANÁ SEGURO – BID – CONTRATO A SER ASSINADO EM 2014- Criação de um sistema integrado para produção de informação sobre o crime, articulando as unidades regionais de estatísticas e	Desenvolvimento de um sistema integrado de informações entre as polícias ambiental, civil, militar e federal, corpo de bombeiros e Centros de Socorro (CENSES). Aquisição de 150 conjuntos de acesso WEB contendo 1 tablet, 1 modem 4G e 1 dispositivo de coleta de impressão digital para acesso remoto	400.000.000,00	SESP	MARÇO 2013	DEZEMBRO 2017

<p>PARANA SEGURO – BID - Implementação de um novo modelo de polícia comunitária, definido como Sistema Modular de Polícia Urbana distribuído em efetivos policiais e materiais aos bairros com maior número de ocorrência, priorizando o desenvolvimento de uma polícia de proximidade com a comunidade e de proteção ao grupo de jovens de 15 a 24 anos, atendendo suas necessidades específicas e articulada com os órgãos públicos e privados de base local.</p>	<p>Aquisição de 240 conjuntos do Sistema Modular de Polícia Urbana contendo: Grafismo Policia Militar, Luzeiras auxiliares, Mobiliário, Sistema Elétrico com Gerador, Fard de Busca, Compartimento de Preso, Sinalizador, WET, Rádio Transceptor Digital, Rastreador, Terminal de Dados Móveis.</p>	<p>39.000.000,00</p>	<p>SESP</p>	<p>MARÇO 2013</p>	<p>DEZEMBRO 2017</p>
<p>PARANA SEGURO – BID - Capacitação das polícias em atendimento comunitário, direitos humanos, mediação de conflitos e análise criminal.</p>	<p>Desenvolvimento de 4 cursos que envolvam disciplinas para Policiamento e Atendimento Comunitário, UC-2-Curso de especialização e capacitação continuada para os policiais envolvidos na execução do projeto; Curso de especialização e capacitação continuada para os profissionais envolvidos na execução do projeto;</p>	<p>2.000.000,00</p>	<p>SESP</p>	<p>MARÇO 2013</p>	<p>DEZEMBRO 2017</p>
<p>PARANA SEGURO – BID - Apoio ao projeto AFAP (Atenção as Famílias de Adolescentes Internados), rede integrada de proteção, família dos adolescentes internados com o propósito de promover a inserção social dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de internação</p>	<p>Identificar e realizar a busca ativa das famílias dos adolescentes internados; Acompanhamento intersetorial da família de adolescentes internados por medidas socioeducativas através de um plano de ação familiar personalizado e integrado com as demais políticas; Acompanhamento intersetorial da família de adolescentes internados por medidas socioeducativas através de um plano de ação familiar personalizado e integrado com as demais políticas; Promover espaços coletivos de escuta e estimular as atividades intergeracionais; Definir fluxos de atuação entre os serviços que integram a atenção especial a família, ao nível municipal e as ações dos Centros de Socioeducação (CENSE), enfatizar que favoreça a realização de atividades externas dos adolescentes internados no CENSE;</p>	<p>3.500.000,00</p>	<p>SEDS</p>	<p>MARÇO 2013</p>	<p>DEZEMBRO 2017</p>
<p>Chamada pública para seleção de projetos de inclusão produtiva no Estado do Paraná – BNDES e ESTADO.</p>	<p>Resolver pontos de estrangulamento na atividade produtiva, como forma de gerar empreendimentos sustentáveis através de grupos de beneficiários (Organizados em Associações e/ou Cooperativas)</p>	<p>10.000.000,00 (Recursos a fundo perdido, sendo 50% BNDES e 50% contrapartida do Estado).</p>	<p>Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária</p>	<p>MARÇO 2013</p>	<p>2014</p>

(1). A estimativa de custo pressupõe a existência de rubrica orçamentária, caso isso não ocorra quais as medidas necessárias para viabilizar a ação:

**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - COORDENAÇÃO
VICE-GOVERNADORIA - UNIDADE DE APOIO**

UNIDADE PARTICIPANTE: Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior-SETI / Universidades Estaduais
 PUNTO FOCAL: (Nome): Décio Sperandio - (Telefone): (41) 3281-7454 (e-mail): dsperandio@uem.br

AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E CIDADANIA - UNIDADE/PARANÁ SEGURO (UPS)

IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES QUE PODEM SER EXECUTADAS NAS UPS	DESCRIÇÃO SUCINTA DA AÇÃO	OBJETIVO / META DA IMPLANTAÇÃO DA AÇÃO	ESTIMATIVA DE CUSTO DA AÇÃO (1)	ÓRGÃO EXECUTOR DA AÇÃO	DATA DA EXECUÇÃO DA AÇÃO	
					INÍCIO	TERMINO
Projeto Cidadania Solidária	Orientação, serviços em áreas vitais da cidadania	Assistência à população carente	1.000.000,00	UNIVERSIDADES	03/13	-
Tecnologia Social	Empreendimentos solidários para atender cooperativas populares	Promover a inclusão social, gerar trabalho e rendas às comunidades carentes	1.000.000,00	UNIVERSIDADES	03/13	-
Programa Universidade Sem Fronteiras	Executar projetos de extensão e cultura em áreas estratégicas para promover o desenvolvimento econômico, social e cultural do município	Assistir município de baixo IDH em áreas estratégicas	6.000.000,00	UNIVERSIDADES	Em andamento	-
Núcleo de Estudos dos Direitos da Infância e da Juventude	Projeto executado em parceria com o Ministério Público do Paraná e a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos voltado ao direito da infância e da juventude	Atendimento jurídico para crianças e adolescentes em situação de risco	1.000.000,00	UNIVERSIDADES	Em andamento	-
Rede SETI Esportes	Usar o potencial das Universidades para a prática do esporte social e a descoberta de talentos	Prática do esporte	-	UNIVERSIDADES	Em andamento	-
Bom Negócio	Executar parceria: Universidades, Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercado, Fomento Paraná para a capacitação empresarial a pequenos empreendedores	Gerar emprego e renda, planejamento e marketing, vendas e gestão de pessoal para a populações vulneráveis	-	UNIVERSIDADES / OUTROS	Em andamento	-
Universidade em Ação	O Projeto executado em parceria com a Secretaria de Estado de Relações com a Comunidade	Assistir comunidades municipais e seus direitos e a conscientização de seus deveres	-	UNIVERSIDADES / SERC	Em andamento	-

(1) A estimativa de custo pressupõe a existência de rubrica orçamentária, caso isso não ocorra quais as medidas necessárias para viabilizar a ação:

**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA – COORDENAÇÃO
VICE- GOVERNADORIA – UNIDADE DE APOIO**

AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E CIDADANIA – UNIDADE/ PARANÁ SEGURO (UPS)

UNIDADE PARTICIPANTE: Prefeitura Municipal de Curitiba

PONTO FOCAL: (Nome): Márcia Schlichting (Telefone): 41 3350-9575 (e-mail): mschlichting@map.curitiba.pr.gov.br

IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES QUE PODEM SER EXECUTADAS NAS UPS	DESCRIÇÃO SUCINTA DA AÇÃO	OBJETIVO/META DA IMPLANTAÇÃO DA AÇÃO	ESTIMATIVA DE CUSTO DA AÇÃO (1)	ÓRGÃO EXECUTOR DA AÇÃO	DATA DA EXECUÇÃO DA AÇÃO	
					INÍCIO	TÉRMINO
Grupos de apoio para prevenção e promoção (saúde, social, etc).	Grupo saúde mental Unidade de Saúde e Grupo Alcoólicos Anônimos	Formar grupos de apoio, prevenção e promoção (saúde, social, etc)		FAS e SMS	Maio	Dezembro
Ações de orientação para alimentação saudável.	Realizar oficinas Educação Alimentar e Nutricional.	Realizar oficinas Educação Alimentar e Nutricional para desenvolver ações de orientação para alimentação saudável.		SMAB	Maio	Dezembro
Ações de orientação para alimentação saudável	Monitoramento nutricional com famílias.	Realizar ações de orientação para alimentação saudável.		SMAB e SMS	Maio	Dezembro
Trabalho com famílias para fortalecimento de vínculos.	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.	Potencializar o trabalho com famílias		FAS	Maio	Dezembro
Cursos de capacitação	Cursos de capacitação - população acima de 16 anos - Liceus de Ofício, CRAS e parcerias.	Oferecer cursos de capacitação para a população acima de 16 anos - Liceus de Ofício, CRAS e parcerias.		FAS	Maio	Dezembro
Ações culturais	Apresentações de música, teatro, dança, cinema, literatura, visitas monitoradas aos espaços da FCC	Propiciar apresentações de música, teatro, dança, cinema, literatura, visitas monitoradas aos espaços da FCC		FCC, SME, SMS, SMAB, SMELJ, SMDS, Associação de Moradores, ONG's	Maio	Dezembro
Utilização dos espaços livres para evitar novas invasões	Utilização dos espaços livres para evitar novas invasões.	Potencializar a utilização dos espaços livres para evitar novas invasões.		COHAB, SMMA, SMAB, SMU AR7	Maio	Dezembro
Orientação de normas de estabelecimentos comerciais.	Distribuição de folder com orientação das normas.	Propiciar orientações das normas de estabelecimentos comerciais.		Vigilância Sanitária e SMU	Maio	Dezembro
Ações para reduzir a evasão escolar.	Estratégias e ações para redução da evasão escolar	Criar novos mecanismos para reduzir a evasão escolar		SME - Rede de Proteção / Conselho Tutelar	Maio	Dezembro

Divulgar amplamente - EJA	Divulgar amplamente - EJA	Panfletagem sobre o EJA	SME / SEED	Maio	Dezembro
Inscrição de exame de equivalência (até 8 série)	Inscrição de exame de equivalência	Realizar a inscrição para o exame de equivalência	SME / SEED	Maio	Dezembro
Comunicação para população em geral da cidade do que está sendo feito na comunidade.	Divulgação	Aprimorar o processo de comunicação para população em geral da cidade do que está sendo feito na comunidade.	SGM / AR7	Maio	Dezembro
Trabalho de forma integrada com a rede sócio-assistencial.	Visita nas entidades, integrar ações, estabelecer fluxo de encaminhamento da população.	Realizar e potencializar o trabalho de forma integrada com a rede sócio-assistencial.	FAS - Entidades Sociais	Maio	Dezembro
Ações e tratamentos existentes relacionados à saúde, incluindo as ações do consultório de rua	Divulgação de folder, sala de espera US, atendimento na Unidade de Saúde.	Divulgar e incentivar a participação da população nas ações e tratamentos existentes relacionadas à saúde, incluindo as ações do consultório de rua.	SMS	Maio	Dezembro
Ações de segurança existentes	Rondas e saturações	Integrar as ações de segurança existentes na área.	SMELJ / FAS/ Programa Família Curitiba	Maio	Dezembro
Ruas pavimentadas.	Indicar as prioridades para realizar a pavimentação das ruas.	Revitalizar ruas pavimentadas.	SMOP	Executado	
Iluminação pública	Indicar as prioridades (40 quadras) estão sendo realizadas.	Melhorar e ampliar a iluminação pública.	AR7 - SMOP - OPIP		
Ações de educação ambiental.	Realização de ações	Fortalecer ações de educação ambiental	AR7, SMMA e SMOP/OPO		
Limpeza dos rios e córregos da região	Indicar as prioridades para efetuar as limpezas.	Realizar a limpeza dos rios e córregos da região.	AR7 - SMMA		
Implantação dos barracões de recicláveis Ecocidadão.	Indicar as prioridades para a implantação dos barracões de recicláveis Ecocidadão.	Implantar barracão de recicláveis Ecocidadão	SMMA		
Abordagens do Resgate Social	Circulação na comunidade para abordagem da população de rua.	Intensificar abordagens do Resgate Social	FAS		

Sensibilização da comunidade em relação a situação de violência sexual contra crianças e adolescentes	Panfletagem	Sensibilizar a comunidade em relação a situação de violência sexual contra crianças e adolescentes	FAS		
ESCOLA RANCISCO PAROLIN	Obras de engenharia	Construir da ESCOLA RANCISCO PAROLIN	SME	Inaugurado 13/12	
CMEI FRANCISCO PAROLIN	Obras de engenharia	Construir o CMEI	SME	Inaugurado 13/12	
Revitalização de pavimento	Obras de engenharia	Revitalizar a Rua ALFERES POLI	SMOP	CONCLUIDO	
Revitalização de pavimento	Obras de engenharia			CONCLUIDO	
Correção geométrica	Obras de engenharia			CONCLUIDO	
Revitalização de pavimento	Obras de engenharia	Obras de engenharia REVITALIZAÇÃO DE PAVIMENTO		CONCLUIDO	
Fresagem de pavimento	Obras de engenharia	AV. WENCESLAU BRAZ		CONCLUIDO	
Realocação de x moradias		Realizar ações para realocação de moradias.		CONCLUIDO	
				CONCLUIDO	

(1) A estimativa de custo pressupõe a existência de rubrica orçamentária, caso isso não ocorra quais as medidas necessárias para viabilizar a ação.

**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA – COORDENAÇÃO
VICE-GOVERNADORIA – UNIDADE DE APOIO**

AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E CIDADANIA – UNIDADE/PARANÁ SEGURO (UPS)

UNIDADE PARTICIPANTE: Secretaria para Assuntos Estratégicos

PONTO FOCAL: (Nome): _____ (Telefone): 41-3210-2522 (e-mail): clecy@seae.pr.gov.br antoiana@seae.pr.gov.br

IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES QUE PODEM SER EXECUTADAS NAS UPS	DESCRIÇÃO SUCINTA DA AÇÃO	OBJETIVO/META DA IMPLANTAÇÃO DA AÇÃO	ESTIMATIVA DE CUSTO DA AÇÃO (1)	ÓRGÃO EXECUTOR DA AÇÃO	DATA DA EXECUÇÃO DA AÇÃO	
					INÍCIO	TERMINO
Instalação dos Espaço Cidadão/Telecentros	Instalação do Espaço Cidadão para que a comunidade possa ter acesso a cursos de qualificação, inclusão digital, serviços de governo eletrônico (Detran, água, luz, Previdência Social, entre outros).	Capacitar a comunidade para melhorar sua qualidade de vida. Levar serviços básicos do Governo Estadual facilitando a vida dos moradores da região.		SEAE e Celepar	Dezembro 2012	Dezembro 2014
Transmissão de Web conferências	Transmitir Web conferências com temas focados em carreiras e profissões levando informações e dicas para os jovens que estão prestes a entrar no mercado de trabalho e outros temas de interesse da comunidade. Articular ações pontuais: mutirão do emprego, saúde, programação, defesa pública entre outros...	Capacitar, levar informações e tirar dúvidas da comunidade.		SEAE e Celepar	Março/2012	Dezembro 2014
Sugestão: Promover ações pontuais.				SEAE; outras secretarias do Estado.	Janeiro 2013	Dezembro 2014
Espaço Cidadão Móvel- ônibus com estrutura completa para o curso de Corte e Costura.	Oficina de aperfeiçoamento profissional na área de corte e costura.	Levar os serviços do estado, com calendário específico para cada região, facilitando o acesso para a comunidade local.		SEAE	Fevereiro 2012	Dezembro 2014
Obs.: Instalação do Espaço Cidadão poderá ser realizada com parcerias que ofereçam o local tais como: escolas, igrejas, associações ou contêiner ao lado da UPS.						

(1) A estimativa de custo pressupõe a existência de rubrica orçamentária, caso isso não ocorra quais as medidas necessárias para viabilizar a ação:

**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA – COORDENAÇÃO
VICE-GOVERNADORIA – UNIDADE DE APOIO
AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E CIDADANIA – UNIDADE/PARANÁ SEGURO (UPS)**

UNIDADE PARTICIPANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

PONTO FOCAL: (Nome) Ten.-Cst. Marcos Antonio Wostny Borba Telefone: 3304-4900 / 8818-4656 - (e-mail): wostny@pdm.pr.gov.br

IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES QUE PODEM SER EXECUTADAS NAS UPS	DESCRIÇÃO SUCINTA DA AÇÃO	OBJETIVO/META DA IMPLANTAÇÃO DA AÇÃO	ESTIMATIVA DE CUSTO DA AÇÃO U*	ÓRGÃO EXECUTOR DA AÇÃO	DATA DA EXECUÇÃO DA AÇÃO	
					INÍCIO	TERMINO
PROERD	<p>O PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - começou em 1982, na cidade de Los Angeles, EUA, em parceria com o Departamento de Polícia daquela cidade e escolas. No Brasil o programa foi introduzido no ano de 1992 na cidade do Rio de Janeiro, o qual foi difundido para outros Estados brasileiros.</p> <p>O PROERD chegou no Paraná no ano 2000 e no ano 2001 foi implantado em Cornéio Procopio, ocasião em que foram formados 320 Proedianos no primeiro semestre.</p> <p>O Programa é lido hoje como o melhor em prevenção primária tendo bons resultados comprovados por pesquisas em todos os países onde são desenvolvidos.</p> <p>As aulas do Proerd têm o objetivo de fazer com que alunos de quantas e sextas séries possam:</p> <ul style="list-style-type: none"> • adquirir as habilidades e conhecimentos para reconhecer e resistir à pressão dos companheiros ou grupos quando do oferecimento de álcool, cigarros ou outras drogas • desenvolver a auto estima • aprender técnicas de como ser seguro • encontrar maneiras de dizer não às drogas • aprender alternativas positivas ao uso de drogas • aprender a lidar com o estresse e resolver conflitos • resistir ao envolvimento com gangues • auxiliar positivamente na redução da violência • conhecer as consequências dos atos de vandalismo e violência • aprender a tomar decisões • construir habilidades de comunicação • adquirir noções de cidadania 	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação do PROERD em todas as Escolas da área alvo do Projeto • Atender 100% da população alvo do PROERD. 	De acordo com o orçamento anual aprovado.	BPEC	<p>Fevereiro 2013 Durante o período letivo</p>	<p>Dezembro 2013 Durante o período letivo</p>
PATRULHA ESCOLAR	<p>A Patrulha Escolar é a união da comunidade escolar com a polícia para reduzir a violência e a criminalidade nas escolas e nas suas proximidades. Seu objetivo principal é a PREVENÇÃO e, supletivamente, a repressão aos crimes e atos infracionais. Ela assessoria a comunidade escolar a encontrar os caminhos da segurança através de trabalhos de reflexão, palestras e organização para a ação. O policiamento nas escolas passa a contar com policiais militares especialmente capacitados que, conhecendo a realidade da comunidade escolar, buscam medidas que minimizem a ação de criminosos nas escolas e proximidades.</p>	<p>O projeto se divide em cinco fases. Na primeira há a avaliação das instalações do estabelecimento de ensino quanto à segurança que este proporciona ou não, com sugestões de aprimoramento e adaptações, sendo então expedido um laudo.</p> <p>Num segundo momento há a coleta de informações para formação de um diagnóstico e estabelecimento de metas a serem adotadas a curto, médio e longo prazo.</p> <p>Com base neste diagnóstico, na terceira etapa caberá a administração e comunidade escolar a concretização das ideias, a tomada de providências e as mudanças de procedimentos.</p>	De acordo com o orçamento anual aprovado.	BPEC	<p>Fevereiro 2013 Durante o período letivo</p>	<p>Dezembro 2013 Durante o período letivo</p>

<p>PATRULHA ESCOLAR</p>	<p>A Patrulha Escolar é a união da comunidade escolar com a polícia para reduzir a violência e a criminalidade nas escolas e nas suas proximidades. Seu objetivo principal é a PREVENÇÃO e, supletivamente, a repressão aos crimes e atos infracionais. Ela assessoria a comunidade escolar a encontrar os caminhos da segurança através de trabalhos de reflexão, palestras e organização para a ação. O policiamento nas escolas passa a contar com policiais militares especialmente capacitados, que conhecendo a realidade da comunidade escolar, buscam medidas que minimizem a ação de criminosos nas escolas e proximidades.</p>	<p>O projeto se divide em cinco fases:</p> <p>Na primeira há a avaliação das instalações do estabelecimento de ensino quanto à segurança que este proporciona ou não, com sugestões de aprimoramento e adaptações, sendo então expedido laudo.</p> <p>Num segundo momento, há a coleta de informações para formação de um diagnóstico e estabelecimento de metas a serem adotadas a curto, médio e longo prazo.</p> <p>Com base neste diagnóstico, na terceira etapa, caberá à administração e comunidade escolar a concretização das ideias, a tomada de providências e as mudanças de procedimentos.</p> <p>A quarta fase é chamada etapa das palestras, com a participação de pais, alunos, professores e funcionários da escola, visando a conscientização e conhecimento que lhes possibilitem as mudanças estratégicas.</p> <p>Na etapa derradeira é elaborado o plano de segurança, formado por uma comissão de representantes de cada segmento da comunidade escolar e Polícia Militar, onde são registradas todas as evoluções nadas no grupo, bem como as regras a serem seguidas a partir de então, visando o aumento da segurança.</p>	<p>De acordo com o orçamento anual aprovado.</p>	<p>BPEC</p>	<p>Fevereiro 2013 Durante o período letivo</p> <p>Dezembro 2013 Durante o período letivo</p>
<p>BANDA SINFÔNICA DA PMPR</p>	<p>Atualmente a Banda Sinfônica da Polícia Militar do Paraná, está dentre as melhores do país, requisitada para grandes eventos e apresentando-s em grandiosos teatros, é uma das mais aplaudidas a atualidade. Com um vasto repertório que vai das clássicas a atualidade e possuindo no seu corpo os mais variados talentos musicais, encanta com sua musicalidade e energia contagiante.</p>	<p>Apresentação musical para a comunidade</p>	<p>De acordo com o orçamento anual aprovado</p>	<p>Banda de Música</p>	<p>Janeiro de 2013</p> <p>Dezembro 2013</p>
<p>REGISTRO DE IDENTIDADE CIVIL</p>	<p>serviço de identificação civil, com posterior expedição da Carteira de Identidade</p>	<p>Expedição de carteiras de identidade</p>	<p>De acordo com o orçamento anual aprovado</p>	<p>Instituto de Identificação da SESP Parceria com outros órgãos.</p>	<p>Indeterminado</p> <p>Indeterminado</p>

1) ESTIMATIVAS DE CUSTOS DA AÇÃO: Os valores necessários para a ação serão previstos e contabilizados a partir do seu detalhamento.

**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS – COORDENAÇÃO
VICE-GOVERNADORIA – UNIDADE DE APOIO
AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E CIDADANIA – UNIDADE PARANÁ SEGURO (UPS)**

UNIDADE PARTICIPANTE: Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

PONTO FOCAL: (Nome): Maria Gorete Brotti e Rosimeiry Mostachio (Telefone): 3221-7231/7285 (e-mail): mgbrotti@seju.pr.gov.br e mmostachio@seju.pr.gov.br

IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES QUE PODEREM SER EXECUTADAS NAS UPS	DESCRIÇÃO SUCINTA DA AÇÃO	OBJETIVO/META DA IMPLANTAÇÃO DA AÇÃO	ESTIMATIVA DE CUSTO DA AÇÃO (1)	ÓRGÃO EXECUTOR DA AÇÃO	DATA DA EXECUÇÃO DA AÇÃO	
					INÍCIO	TÉRMINO
Prevenção, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas	O Estado, como ente idealizador, implementador e gestor de políticas públicas, no enfrentamento das questões relativas às drogas necessita elaborar políticas públicas que possam abranger a problemática em sua mais ampla dimensão, possibilitando a intervenção de forma mais articulada e abrangente, para além da pura repressão/prisão. É preciso que o Poder Público passe a interagir de forma mais direta com a Sociedade, mostrando-se presente através de ações e programas de prevenção, atuando nas causas e não nas consequências.	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver campanhas de educação e atividades de prevenção, atenção e reinserção social de usuários de drogas, bem como campanhas contra a violência. - Estimular a criação de Associações de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários e Dependentes de Drogas (APADs). 		SEJU	Janeiro/2013	Dezembro/2014
Reinserção social de apenados mediante educação, qualificação profissional e trabalho.	Educação profissionalizante em atividade industrial, produtos para construção civil, reciclagem de resíduos sólidos, agroatividades e similares.	Inserir o trabalho dos assistidos pelo DEPEN para melhorar as calçadas, sinalização, reformar obras públicas e construir ambientes de escolarização.		SEJU	Janeiro/2013	Dezembro/2014

(1) A estimativa de custo pressupõe a existência de rubrica orçamentária, caso isso não ocorra quais as medidas necessárias para viabilizar a ação.